



Administração pública

PF prevê parar as investigações e a emissão de passaportes em setembro

— *Corporação alega falta de orçamento, o que já ameaçaria a suspensão da segurança de autoridades em maio; Ministério da Justiça negocia recursos com o Planejamento*

EDUARDO GAYER

Uma sequência de cortes no orçamento da Polícia Federal — apesar de novas atribuições designadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — pode levar à paralisação completa de atividades a partir de setembro, desde serviços básicos, como emissão de passaportes e registro de imigrantes, até investigações de alta complexidade, segundo relatório entregue ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e obtido pela *Coluna do Estadão*.

A segurança de autoridades pode ser suspensa já em maio, por falta de recursos para diárias e passagens. De acordo com a corporação, a necessidade de suplementação orçamentária para garantir a entrega de todas as atribuições da PF até dezembro é de R\$ 527 milhões. A cifra é impensável no contexto de ajuste fiscal promovido pelo Ministério da Fazenda.

O Ministério da Justiça afirmou que está em negociações com o Ministério do Planejamento para viabilizar a recomposição de parte do orçamento previsto, e minimizar os impactos na execução das ações previstas para 2024. O Palácio do Planalto não comentou.

Apesar de a restrição orçamentária imposta à PF ameaçar as atribuições diárias, a insatisfação com o governo federal não se restringe à categoria. Servidores dos institutos fede-

rais no Rio, por exemplo, já aprovaram indicativo de greve por reajuste salarial. Nesta semana, a ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que a concessão de reajustes levará em conta o caráter político e o fiscal, na busca de déficit zero.

OPERAÇÕES. A PF discriminou, no relatório entregue a Lewandowski, os cálculos para o pedido de suplementação orçamentária de R\$ 527 milhões. Desse valor, R\$ 203 milhões seriam necessários apenas para a recomposição do Orçamento cortado desde 2023.

O restante do “buraco” vem de missões imprevisíveis atribuídas à PF pelo presidente Lula. Os custos foram estimados da

Corporação irritada
Falta em cerimônia dos 80 anos da PF e silêncio em prisões do Caso Marielle elevaram tensão com Lula

seguinte maneira: Operação Amas, que amplia a presença das forças de segurança na Amazônia: R\$ 122 milhões; participação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO): R\$ 79 milhões.

A operação de segurança no G-20, em novembro, tem gasto de R\$ 58 milhões e o controle dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), antes função do Exército, R\$ 65 milhões. O governo transferiu as



Apoio em operações na Amazônia e nos portos e aeroportos, além de controle de CACs, não teria verba

funções sem transferir o orçamento reservado a elas no caixa das tropas.

Essas atividades extraordinárias estão ameaçadas pela restrição orçamentária, assim como a Operação Lesa Pátria, que apura a tentativa de um golpe de Estado; e a Operação Argos, que foca em crimes transfronteiriços.

Há ainda questões em aberto, como a possibilidade de ampliação de prazo da Operação de Garantia da Lei e da Ordem para portos e aeroportos de São Paulo e Rio. A ação tem previsão de término no dia 3, mas as Forças Armadas defendem sua extensão por mais seis me-

ses, e para outros locais, o que também exigiria o empenho da PF.

DESPRESTÍGIO. Policiais federais do primeiro escalão, ouvidos pela *Coluna do Estadão*, reclamaram ainda de estarem se sentindo desprestigiados pelo governo Lula. A comparação é feita com outros órgãos federais e com o Exército.

Há queixas, por exemplo, em relação à escolha dos militares para comandar a segurança presidencial. Um fato ocorrido no dia 4, porém, chamou a atenção: a falta do presidente à solenidade de 80 anos da PF. A cerimônia foi atrasada em

duas horas para esperar sua chegada, e haveria a entrega de uma placa em homenagem a Lula. Entre os presentes, não faltou quem lembrasse que Lula e a primeira-dama, Janja, poucos dias antes, foram ao Rio inaugurar um submarino da Marinha.

Além disso, o silêncio do presidente depois da prisão, realizada pela PF, dos supostos mandantes do assassinato de Marielle Franco foi avaliado internamente como “frustrante”. Mas, após essas queixas, o presidente Lula foi às redes sociais parabenizar o desfecho do caso e a captura dos furtivos de Mossoró. ●

Universidades e institutos federais marcam greve a partir de segunda

ISABELA MOYA

Professores de diversas universidades e institutos federais aprovaram greve, reivindicando reajuste salarial e equiparação dos benefícios dos servidores públicos federais àqueles concedidos ao Legislativo e Judiciário, ainda em 2024. Os servidores técnico-administrativos de pelo menos 30 institutos federais já estão em greve há um mês.

Até o momento, são pelo menos dois institutos federais e uma universidade em greve. Além disso, há sete universidades em estado de greve (podem entrar em greve a qualquer momento) e 17 universidades e dois institutos com greve marcada para segunda.

Os professores de instituições federais pedem que o reajuste salarial seja de 22%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% em maio de 2024, 2025 e 2026. Já os servidores técnico-

administrativos pedem por um reajuste maior, de 34%, também dividido em três parcelas em 2024, 2025 e 2026.

Segundo o sindicato da categoria, os percentuais correspondem às perdas salariais desde o governo do ex-presidente Michel Temer, em 2016, até dezembro de 2023, acrescidas das projeções inflacionárias de 2024 e 2025.

A proposta do governo é de que não haja reajuste salarial em 2024, mas há como contra-

proposta o aumento de benefícios e auxílios pagos aos funcionários públicos, sendo o principal deles o auxílio-alimentação com 52% de aumento, de R\$ 658 para R\$ 1.000.

Os valores do auxílio-creche e do auxílio-saúde seriam reajustados, conforme proposta do governo, em 51% para todos os servidores públicos federais ativos. “Apenas o aumento do auxílio-alimentação resultaria em ganho de renda de mais de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos — que são os que ganham até R\$ 9 mil mensais”, afirma o Ministério de Gestão e Inovação.

SEM ACORDO. O governo chegou a propor dois reajustes sa-

lariais de 4,5%, um em 2025 e outro em 2026, “que somados aos 9% já concedidos (no ano passado), representariam recomposição salarial de 19%, o que ficaria acima da inflação projetada para o período”, segundo informou a pasta.

O que se quer?
Sindicato cobra aumento escalonado nos próximos 3 anos para recompor perdas reivindicadas desde 2016

A oferta dos dois reajustes de 4,5% para os próximos anos foi rejeitada pelo sindicato, que quer a recomposição salarial ainda em 2024. ●